

**TC 004.430/2015-8**

**Natureza:** Tomada de Contas Especial

**Unidade Jurisdicionada:** Entidades/Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

**Responsáveis:** Instituto Quero-Quero (02.653.807/0001-59); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Maria Zenilda Gomes de Moraes Serrano (263.527.478-92); Walter Barelli (008.056.888-20)

DESPACHO

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), em razão de irregularidades na execução do Convênio Sert/Sine 86/99, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e o Instituto Quero-Quero, anteriormente denominado Associação dos Moradores no Jardim Novo Osasco Quero-Quero, composto por repasse de recursos federais.

2. Em sua análise, a unidade instrutiva propôs o arquivamento do processo. Indica que as ocorrências que ensejaram a instauração da TCE remontam há mais de 10 (dez) anos do fato gerador. Conclui que a ausência de notificação do responsável durante esse período ensejaria prejuízo ao pleno exercício das garantias processuais constitucionais (peça 4).

3. O Ministério Público junto ao TCU acompanhou a instrução inicial (peça 7).

4. Decido.

5. É entendimento sumulado desta Corte que “as ações de ressarcimento movidas pelo Estado contra os agentes causadores de danos ao erário são imprescritíveis” (Súmula-TCU 282/12). Embora o transcurso do tempo não seja hábil a interferir no débito, certo é que, por vezes, a demora na apuração pode prejudicar o exercício da ampla defesa e do contraditório, de igual proteção constitucional.

6. Ciente disso, este Tribunal editou a Instrução Normativa - TCU 71/2012, onde dispõe, no art. 6º, inc. II:

Art. 6º Salvo determinação em contrário do Tribunal de Contas da União, fica **dispensada** a instauração da tomada de contas especial, nas seguintes hipóteses:

(...)

II - houver transcorrido prazo superior a dez anos entre a data provável de ocorrência do dano e a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente;

7. Pontuo que o comando do dispositivo estabelece ser **dispensada** a instauração da TCE, e não ser **proibida**. Logo, circunstâncias fáticas podem interferir no juízo discricionário de eventual dispensa e ensejar conclusão diversa.

8. Dito isso, observo a existência de notificação encaminhada ao Instituto Quero-Quero (peça 1, p. 46 e 48), em prazo inferior a 10 (dez) anos, com vistas a apresentação de documentação complementar de prestação de contas, ante a detecção de irregularidades, o que foi objeto de resposta (peça 1, p. 49 e seguintes), mas de forma ineficiente, porquanto não apresentou os documentos fiscais imprescindíveis para a averiguação da correta aplicação dos recursos públicos.

9. Logo, é de se prosseguir com o presente processo, citando-se a Associação dos Moradores no Jardim Novo Osasco Quero-Quero, cuja denominação atual, conforme pesquisa no banco de dados da Receita Federal, é Instituto Quero-Quero, entidade contratada para execução das atividades inerentes à qualificação profissional no âmbito no PLANFOR, e Maria Zenilda Gomes de Moraes Serrano, Ex-Presidente da entidade contratada, responsável direta pela gestão dos recursos públicos recebidos e pela execução do objeto pactuado, para que se instaure regularmente o contraditório e seja viabilizado o exercício da ampla defesa, de modo a elucidar o eventual dano ao erário.

10. Registro que o entendimento entabulado neste despacho é o mesmo que adotei no âmbito dos TCs 004.437/2015-2 e 004.517/2015-6, sendo também o mesmo adotado em outros processos de tomadas de contas especial decorrentes de irregularidades verificadas em convênios derivados do instrumento básico celebrado entre a União e o Estado de São Paulo – o Convênio MTE/Sefor/Codefat 4/99-Sert/SP, com condenação em débito dos responsáveis, como nos Acórdãos 1.110/2014, 1.111/2014, 1.115/2014 e 1.116/2014, todos da Segunda Câmara.

À unidade técnica de origem, para as providências administrativas a seu cargo.

Brasília, 19 de junho de 2015.

(Assinado Eletronicamente)

Ministro BRUNO DANTAS

Relator